

**Entidades que assinam este manifesto**

**Conte** - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino  
**CNTB** - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação  
**CTB** - Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil  
**CUT** - Central Única dos Trabalhadores  
**UNE** - União Nacional dos Estudantes  
**ANPEd** - Associação Nacional para Formação de Profissionais de Educação  
**ANPEd** - Associação Nacional de Política e Administração da Educação  
**ANPEd** - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação  
**ANPEd** - Associação Nacional pelo Direito à Educação  
**Cadeb** - Centro de Estudos, Educação e Sociedade  
**Conte** - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura  
**Furacão** - Fórum Nacional de Diretores de Faculdades, Centros de Educação em Escolas das Universidades Federais Brasileiras  
**Prolet-Federação** - Federação de Sindicatos de Professores de Instituições Federais de Ensino Superior  
**UBM** - União Brasileira dos Estudantes Secundaristas  
**UBM** - União Brasileira de Mulheres  
**MEB** - Movimento Interfórum de Educação Infantil do Brasil  
**Associação** - Associação dos Servidores Públicos Federais do DF  
**FNS** - Fundação Maurício Gracioso  
**Federação** - Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnicos Instruções em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil  
**Furacão** - Fórum Nacional de Democratização da Comunicação  
**FEEL** - Fórum Latinoamericano de Estudos sobre Trabalho Docente  
**ABDT** - Associação Brasileira de Letricas, Gen, Biológicas, Têxteis e Têxteis  
**Frente** - Frente Ampla dos(as) Trabalhadores e Trabalhadoras do Serviço Público  
**FEEL** - Fórum Nacional de Educação em Defesa da Democracia  
**Comitê** - Comitê das(os) Trabalhadoras(es) do MEC  
**Coord** - Coordenação  
**Educação** - Educação (PCEB)

**Comitê Nacional de Educação - Contra o Golpe**

## MANIFESTO NACIONAL DA EDUCAÇÃO EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA, DA DEMOCRACIA E CONTRA O GOLPE

A II Plenária Nacional de Educação, que reuniu, no dia 8 de junho de 2016, 27 entidades educacionais nacionais, vem a público manifestar sua luta em defesa da democracia e da educação pública, gratuita, laica e socialmente referenciada como bem público, dever do Estado e direito de cada cidadão e cidadã. Neste grave momento de quitação da normalidade democrática brasileira, em que o processo de destituição da presidenta Dilma Rousseff se configura numa clara tentativa de golpe, nós, que representamos trabalhadores/as, estudantes, pesquisadores/as, gestores/as movimentos sociais em defesa da educação em todo o Brasil, constituímos o Comitê Nacional de Educação Contra o Golpe. Fora Temer, em Defesa da Democracia e de Nenhum Direito a Menos, que - **reúne diversas entidades educacionais e sindicais, movimentos, fóruns, redes, comissões nacionais e representações do legislativo** - atua de forma decidida na luta contra o golpe em curso e em prol da democracia e da educação.

Reiterando o apoio à 39ª Nota Pública FNE, divulgada no dia 1º de abril de 2016, manifestamos que a abertura de um processo de impeachment contra uma presidenta eleita, sobre a qual não recai nenhuma acusação de crime de responsabilidade, configura-se num completo desrespeito à Constituição da República e à legitimidade do voto popular - e, por consequência, à própria Democracia - , agravando a atual crise política e econômica pelo qual passa o Brasil. Tal afronta aos princípios democráticos e constitucionais representa ainda uma ameaça aos direitos sociais, entre os quais se destaca o direito à educação.

Nossas bandeiras incluem o cumprimento das metas instituídas pelo Plano Nacional de Educação (PNE), com a efetiva destinação dos 10% do PIB para a educação pública, com aporte de recursos do fundo social do pré-sal e dos royalties do petróleo - conquista dos movimentos sociais e das entidades educacionais que se encontra ameaçada pelo

governo golpista. Exigimos a manutenção dos princípios constitucionais de financiamento à educação nacional e repudiamos qualquer corte orçamentário ou estratégia de mudança constitucional que criem teto artificial ao investimento em educação - incluindo as desvinculações de receitas da União, dos estados e dos municípios (DRU, DRE e DRM) - , medidas que representam a negação do direito democrático do cidadão à educação e impedem a viabilização do PNE. Da mesma forma, rejeitamos os retrocessos que ameaçam a valorização profissional que vinha em fase de construção.

Além disso, cobramos o reconhecimento do FNE como órgão de Estado, constituído como instrumento de acompanhamento das políticas públicas em educação e de construção, com a sociedade civil, de um projeto democrático e inclusivo da educação brasileira. Por isso, não aceitamos as evidentes tentativas de impedimento de seu pleno funcionamento. Tampouco aceitaremos que o Ministério da Educação se transforme em instrumento dos interesses privatistas, discriminatórios e antidemocráticos. Isso inclui aqueles por trás do movimento Escola Sem Partido, que não apenas evidenciam um ultraje à liberdade pedagógica e à construção de uma educação crítica, voltada para a formação da cidadania, como também significam um ataque ao direito de livre manifestação e organização de estudantes e trabalhadores/as em educação.

Defendemos ainda o imediato retorno da presidenta Dilma ao cargo que legitimamente lhe pertence, assegurando a democracia e o voto dos milhões de brasileiros e brasileiras. Também cobramos que haja, por parte da presidenta eleita democraticamente, tão logo reassuma seu posto, alterações significativas na condução política e econômica do país, ampliando os avanços das políticas sociais, a valorização do trabalho, a distribuição justa de renda e crescimento soberano do Brasil.